

## **SSMA: ONDE BARATO SEMPRE SAI CARO (Estamos de Olho)**

**“Reflexões de um Médico do trabalho e de um Engenheiro de Segurança do Trabalho”**

Por

**Jorge Leite (Otológica Consultores)**

Médico do Trabalho, Otorrinolaringologista e  
Professor Universitário - UNIRIO

**Rogério Dias Regazzi (3R Brasil Tecnologia)**

Engenheiro Mecânico de Instrumentação e  
Automação, Engo de Segurança do Trabalho e  
Meio Ambiente, Especialista em Engenharia  
Sustentável, MSc em Metrologia e Qualidade  
Industrial, Prof. e Pesquisador DEM/PUC-RJ  
contato@isegnet.com.br

[WWW.isegnet.com.br](http://WWW.isegnet.com.br)

Toda empresa que se preza, em princípio, em relação as suas compras, sejam elas de bens ou de serviços, pauta suas aquisições com base no melhor resultado possível determinado pela relação custo/benefício, certo? Errado.

Algumas empresas acumulam certificados diversos e sequer atentam para o real valor que esses documentos possam ter em um processo de acreditação. Não raro, faltam a esses documentos respaldo legal, seja por assessoramento inadequado, ou pela falta de conhecimento sobre a matéria por parte de quem os analisa. Observam-se na área de audiologia exigências descabidas e posturas equivocadas de auditores quanto aos reais balizadores determinantes da correção dos procedimentos que asseguram a qualidade mínima necessária para a sua realização de maneira confiável. Estes fatos sugerem, nesses casos, uma visão distorcida por esses atores do que venha a ser, verdadeiramente, as boas práticas da Medicina do Trabalho, Saúde, Segurança do Trabalho e do meio ambiente.

Em alguns casos é possível que, algumas empresas acreditem que seus trabalhadores e respectivos sindicatos vão permanecer ainda durante muitos anos, igualmente mal assessorados nesse item, já que, o que parece importar para boa parte de suas lideranças, é tão somente se valer da transitoriedade de seus cargos na conquista de suas aspirações maiores, quais sejam, a possibilidade de ingressar na política ou da troca de seu apoio enquanto líderes, por benesses que garantam aquilo que, sem estudo e sem o suor de seus rostos, nunca lograriam conseguir.

Esse tempo, como tudo, passará. Déspotas não são eternos. Os que agem de má fé, mais cedo ou mais tarde serão desmascarados. Uma revolução silenciosa está em andamento. O acesso a internet e a informação expõem pessoas instantaneamente, suas mazelas, disponibilizando fatos, fontes de dados, que estão lentamente remodelando o pensamento de povos e indivíduos, contra a vontade dos embusteiros, dos manipuladores das massas, dos falsos profetas, e dos ditadores travestidos de democratas.



Há, finalmente, uma forte tendência em balizar essas questões com o uso da técnica e do conhecimento evitando a indução pela falta de conhecimento ou interesse proposital, levando alguns magistrados a prolatar sentenças assumindo uma posição equivocada pela ação de indivíduos que não se atualizaram. A internet, atualmente, apresenta sites como o [www.isegnet.com.br](http://www.isegnet.com.br) que promovem e difundem o conhecimento para toda sociedade, contra posturas individualistas que atendem a um pequeno grupo de indivíduos que têm interesse na promoção da ignorância.

Existem aqueles que sempre fizeram ou praticaram de forma errada o conhecimento que adquiriram. Não querem se ater aos fatos e procuram se esconder nas suas próprias convicções equivocadas, negando o óbvio. Imagine-se o número de perícias mal feitas e questões relevantes para a sociedade que já foram perdidas. É enorme o passivo que se está formando em algumas empresas. Por isso o interesse na subjetividade e na negação da realidade exercida por alguns profissionais. O CFM - Conselho Federal de Medicina, o IEL - Instituto de Engenharia Legal e o CREA-RJ vêm há anos informando, credenciando e formando sobre esses assuntos. Em última análise, tudo que se aprovar de bom ou de ruim, recairá sobre os ombros do tomador da força de trabalho, com repercussões benéficas ou desastrosas para a parte mais sensível de sua anatomia, o bolso.

Tudo na vida tem um preço. Sempre há alguém disposto a pagar esse preço, para obter aquilo que almeja. Alguém deseja ser médico ou engenheiro, sabe que muito lhe será exigido em sacrifício, estudo e dedicação. Se um músico busca a virtuosidade, sabe que muitas horas diárias de estudo de seu instrumento ou de sua arte, lhe serão exigidas. E assim cada um, se dedique com afinco, mais cedo ou mais tarde acabará reconhecido, obtendo aquilo que desejou, por ter pagado o preço que lhe foi imposto.

Todo ser humano, com maior ou menor grau de vaidade, no fundo busca se destacar entre seus pares, o que não deixa de ser, em maior ou menor grau, um modo de exercitar o seu poder de vontade, de ter sua capacidade reconhecida. Entretanto, há aqueles que, pelas mais diversas razões, não querendo pagar o preço, não desejando se doar, sob a forma de sacrifícios pessoais, em prol de seu próprio objetivo maior, querem, a qualquer preço e indevidamente receber o mesmo reconhecimento, seja ele financeiro ou sob a forma de aplausos ou homenagens daqueles que, verdadeiramente, o fizeram por merecer, isto é, os que investem em conhecimento e no desenvolvimento do nosso país. Para isso abrem mão, despudoradamente, daquilo que deve ser a principal ferramenta na busca de nossos objetivos sejam eles materiais ou imateriais, aquilo que determina o que se pode ou não se pode fazer para se atingir um determinado objetivo: A ÉTICA. É ela que determinará se alguém que nos remunera; nos aplaude ou simplesmente nos reconhece verdadeiramente como aquilo que PENSAMOS que somos, está "pagando" o preço justo por aquilo que fizemos e que lhe proporcionamos.

Saber reconhecer se aquilo pelo o qual estamos pagando ou recebendo está ou não com o "preço" justo, passa pela habilidade em se reconhecer a PRESENÇA da Ética naquilo que nos está sendo fornecido ou adquirido. Este atributo de valor - o preço, invariavelmente implicará na VERDADEIRA QUALIDADE, boa ou má, que se mostrará no curto, no médio ou no longo prazo, dependendo do "preço pago".



Preços considerados "altos" demandam uma análise detalhada de quem adquire o produto ou serviço, ponderando se os benefícios adquiridos se manterão durante o tempo que se pretendeu que seus efeitos fossem efetivos, que deverão ser significativamente mais longos que aqueles considerados "baratos". Por outro lado preços baixos devem servir a mesma regra, mantendo a eficácia do serviço ou durabilidade do bem adquirido por tempo minimamente compatível com o valor pago.

Quando perguntados sobre seu exame admissional, periódico ou demissional, alguns trabalhadores chegam, em alguns casos, quando mais esclarecidos, a sorrir demonstrando algum sarcasmo, devido a sua evidente percepção de que os exames médicos e complementares a que foram submetidos foram muito mais uma "simulação" do cumprimento de uma exigência legal do que um verdadeiro exercício do papel do médico em relação ao trabalhador. Na engenharia também, muitas vezes não é diferente. Atende-se a exigência legal com base no menor preço, com uso de equipamentos descalibrados e desatualizados, profissionais despreparados, sem o atendimento a quaisquer questões normativas e metrológicas que são exigidas e regulamentadas, uma premissa para se concluir sobre qualquer exame sério, seja do trabalhador ou do ambiente de trabalho. É muito simples... Basta apenas perguntar!

Hoje é notório o que algumas empresas prestadoras de serviços, sem um mínimo de qualificação, mas com um bom marketing estão provocando no mercado com malefícios para a sociedade. Geram-se documentos em massa, sem critério, para atender uma demanda "legal", sem qualquer respaldo ou conhecimento que vem sendo sistematicamente rejeitados pelo Judiciário. Neste meio, sem credibilidade, o agente fiscalizador da Lei, com facilidade, aproveita e exerce o "poder de polícia", vez por outra, generalizando e não aceitando as argumentações técnicas verdadeiras, ou também, por não haver continuidade de condutas que criem um histórico de peso no momento de uma autuação injusta. Há uma clara necessidade de se trabalhar com programas como o PCA e de Gerenciamento de Riscos ambientais e mecânicos.

No Brasil, há apenas dois profissionais competentes e credenciados para gerar pareceres (ou laudos, quando investidos do cargo de peritos) ambientais ocupacionais: o médico do trabalho e o engenheiro de segurança do trabalho, devidamente Registrados em seus Conselhos profissionais e certificados para exercer esses trabalhos relacionados, isto é, não basta apenas ter especialização em saúde e segurança do trabalho. Deve-se possuir a certificação na área em que se está atuando, muitas vezes referenciados e regulamentados nas Normas da ABNT (NBR), ACGIH, NIOSH que as NR(s) do MTE fazem referência, e, cujas exigências são omitidas pelos profissionais não qualificados, denotando má fé e falta de ética, pois existe uma regulamentação bem clara e conhecida. Alias, o que é regulamentado é obrigatório, caso contrário não há nenhum respaldo Legal.

Não se pode pedir, por exemplo, que um arquiteto com especialização em SST faça uma vistoria em vaso de pressão cuja norma NBR, referenciada na NR-13, que demanda a atuação de um Engenheiro Mecânico. O mesmo deve ser observado na área médica que possui uma serie de especializações.



Não se pode pretender que um produto ou serviço realizado por um preço vil, tenha as mesmas características ou qualidades positivas que um serviço executado por um preço compatível com o que se espera de um trabalho de padrão, executado dentro das normas legais.

Algo tem de estar errado, no mínimo pelo aspecto ético da questão.

Um carro feito em uma série reduzida, usando mão de obra especializada, bem remunerada, com acessórios de alta qualidade material, não pode custar o mesmo que um veículo produzido em série, em uma linha de produção automática, com materiais de qualidade inferior. Se isso ocorre, algo está errado. Ou estamos sendo tomados por trouxas por quem vende o carro mais barato com o mesmo preço do mais caro, ou de alguma maneira alguém na cadeia produtiva do carro mais caro está sendo lesado. Se o preço do carro mais caro é igual ao do mais barato ou este é fruto de roubo ou há algum vício que se manifestará tão logo o vendedor desapareça. Como se pode perceber neste exemplo, algo eticamente reprovável está ocorrendo, em qualquer um dos casos. E no final, alguém vai estar indevidamente se beneficiando e outro alguém sendo prejudicado.

Nos dois casos há a simulação de uma vantagem para quem adquire o bem ou serviço, que no final acabará por apresentar consequências não compensadoras.

Isto é o que se tem visto atualmente na área de SSMA. Pilhas de documentos estão se produzindo em série, quando deveriam ser individuais. Veja-se o caso dos PPP(s) que substituíram o SB 40, o DSS 8030, o DIRBEN-8030 e que necessitam de laudos ambientais e exames que os respaldem. Chegam a dizer que as informações que constam do PPP são por si só verdadeiras. Uma atrocidade com a técnica, com a rastreabilidade documental e processos de medição, uma verdadeira aberração criada por alguns burocratas e gestores atuando junto aos RH, que geram "papel e mais papel" e que tentam obter respaldo em alguma lacuna do texto legal. Qualquer pessoa, sendo preposto da empresa e que tenha conhecimento do processo de trabalho pode preencher e assinar o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), que está mudando de significado. Contudo, devem usar as medições e as interpretações dos laudos ambientais e ocupacionais gerados pelos médicos e engenheiros de SST devidamente registrados e capacitados.

Para que se buscar lacunas ou alternativas para o óbvio? Basta que se faça o que é certo. Porém isso demanda conhecimento e tempo. Não se deve gerar discussões em algo que seja considerado como um fato e que pode ser facilmente comprovado quando se deseja, ou quando se estabelece um critério de atendimento, de neutralização da exposição e da avaliação da possibilidade da existência denexo causal e laboral. Atuar prioritariamente no pior caso, no pior cenário, é o que sugerimos.

Exemplificando: entendemos que não se deva atuar com base em um número mínimo de avaliações, de 10 ou 15 pessoas, quando se está tratando com mais de 50 pessoas. A NR 22 tem um indicativo para número de amostras por GHE que não passa de 22 por setor ou atividade composto por 50 ou mais empregados. Contudo, vale o bom senso. A média muitas vezes em SSMA é o nosso pior estimador. Do mesmo modo, um serviço prestado por alguém mais experiente, melhor qualificado, demanda uma remuneração mais alta e menos avaliações o que, na maioria das vezes, vem provando que o barato, a primeira vista, sai caro no



contexto do todo. Não que um serviço seja muito melhor e o outro muito pior, mas se importa saber quais os objetivos de determinado serviço e o que se pretende no curto médio ou longo prazo.

Akio Morita em seu livro *Made in Japan*, em visita à América para celebração de contratos e expansão da SONY, relatou seu encontro com Lee Yacocca, e que tendo lhe perguntado onde estava hospedado, respondeu que estava no melhor quarto do hotel mais barato da cidade. Yacocca disse-lhe então, que o melhor, dali para frente, seria que ele ficasse hospedado no quarto mais barato, porém, do melhor hotel da cidade...

Tudo é uma questão de ponto de vista, e dos objetivos que se busca. Setores como construção civil, agronegócio, supermercados e telemarketing são, atualmente, os mais problemáticos com relação a estas questões, basta verificar as estatísticas de acidente do trabalho e auxílio doença do INSS/MPAS. A resposta vem em números, e não há como colocar de baixo do tapete, muito embora o número de CATs e a suas reais necessidades de emissão sejam desconhecidas por falta de critérios e processos confiáveis de avaliação. O barato vem custando cada vez mais caro para esses setores.

Como em tudo na vida, tanto na Segurança do Trabalho como na Medicina do Trabalho há aqueles que buscam iludir principalmente os que estão atrás da obtenção de vantagens, a qualquer custo (infração a Ética).

Os custos de tal infração, seja a curto, médio ou longo prazo, terão sempre um impacto negativo muito maior que a ilusão da vantagem vendida por aqueles que, conhecendo as fraquezas dos seres humanos que estão por de trás das empresas, os induzem a pensar que estão pagando caro a seus concorrentes, quando pagam o preço justo, e que seus serviços ou produtos, são iguais ou melhores, por valores significativamente inferiores.

Portanto, se não há vantagem em se pagar barato, também não há vantagem em se pagar caro. Deve-se pagar o preço justo, sabendo-se bem o que se pretende obter pelo que se está pagando.

Dez canetas plásticas por cinco centavos que não escrevem, são tão úteis quanto uma folheada a ouro que vaza tinta após alguns minutos de uso, e não atende ao objetivo de escrever, geralmente no momento em que mais se precisaria dela.

Se o objetivo a que o produto ou o serviço se propôs foi atingido, o preço pago foi adequado. Para comparar concorrentes em uma tomada de preços, é necessário que sejam comparáveis entre si, antes de se pretender achar que todos são iguais, produzem a mesma coisa ou prestam o mesmo serviço. Há que se conhecer da qualificação e experiência de cada um. Cuidado. O que parece ser o mais barato pode ser o mais caro. O tempo sempre dirá a verdade, o problema é durante quanto tempo se pretende ou se pode permitir ficar em dúvida. Fazendo com quem faz melhor, o tempo de dúvida é significativamente menor, mas o preço deverá estar na razão proporcionalmente inversa.

Deve-se conhecer bem o produto, quem o fornece, e a sua reputação, a sua ética. Quem fornece ou presta o serviço deve ficar tão satisfeito com o que recebe como



quem o paga, caso contrário, algo estará errado e o resultado poderá não ser o desejado, seja a curto, médio ou longo prazo. A palavra chave para que isso não aconteça é **NEGOCIAÇÃO**. É através da negociação que se obtém o **EQUILÍBRIO**. E para isso é preciso que fornecedor/prestador e comprador/tomador conversem. Um exponha suas necessidades, dúvidas. O outro, sua experiência, seus métodos e objetivos. E também, tudo mais que cada um possa colocar numa mesa de negociação para que se obtenha o melhor que se deseja, pelo preço justo que se possa pagar. Nem caro nem barato



---

**Favor fazer referência aos autores do [WWW.isegnet.com.br](http://WWW.isegnet.com.br)...**